



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA**

YASMIN ARAÚJO AZEVEDO

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL:
UM OLHAR SOB UMA PERSPECTIVA NÃO VIOLENTA.**

**CAMPINA GRANDE
2022**

YASMIN ARAÚJO AZEVEDO

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL:
UM OLHAR SOB UMA PERSPECTIVA NÃO VIOLENTA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profa. Me. Raisa Fernandes Mariz Simões.

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

306.85 Azevedo, Yasmin Araujo.

As práticas educativas parentais e o desenvolvimento infantil [manuscrito] : um olhar sob uma perspectiva não violenta / Yasmin Araujo Azevedo. - 2022.
22 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Raísa Fernandes Mariz Simões , Departamento de Psicologia - CCBS."

1. Práticas educativas. 2. Práticas parentais. 3. Desenvolvimento infantil. I. Título

21. ed. CDD A994p

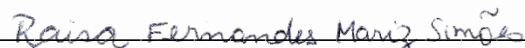
YASMIN ARAÚJO AZEVEDO

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL:
UM OLHAR SOB UMA PERSPECTIVA NÃO VIOLENTA.

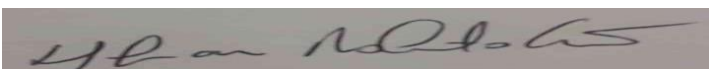
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado à Coordenação do Curso de
Psicologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em: 28 / 03 / 2022.


BANCA EXAMINADORA



Profa. Me. Raisia Fernandes Mariz Simões (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Wilmar Roberto Gaião
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Ingrid Michéle de Souza Santos
UNIFACISA

“Quando olho para uma criança ela me inspira dois sentimentos, ternura pelo que é, e respeito pelo que possa ser.”
(PIAGET, 1969)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
2.1 Desenvolvimento infantil.....	7
2.2 Práticas educativas parentais	8
2.3 Os efeitos das práticas educativas parentais no desenvolvimento infantil	9
<i>2.3.1 Um olhar sob uma perspectiva não violenta</i>	10
3 METODOLOGIA	11
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	12
5 COSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS.....	17

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM OLHAR SOB UMA PERSPECTIVA NÃO VIOLENTA.

PARENTAL EDUCATIONAL PRACTICES AND CHILD DEVELOPMENT: A LOOK FROM A NON-VIOLENT PERSPECTIVE.

Yasmin Araújo Azevedo¹

RESUMO

Os pais desempenham um importante papel na vida dos filhos e influenciam em diversos aspectos de seu desenvolvimento, tendo em vista que ele ocorre a partir da interação de diversos aspectos como o biológico, o ambiental, o social, entre outros. Levando em consideração que os pais são o primeiro contato do indivíduo com a sociedade, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica que ampliasse a compreensão acerca das práticas educativas parentais e seus impactos no desenvolvimento infantil. Além de identificar a existência de riscos do uso de violência no processo educacional e quais os seus possíveis impactos no desenvolvimento infantil, bem como avaliar a importância de se construir e manter um contexto social seguro e saudável para o desenvolvimento da criança e propor uma reflexão sobre as alternativas no processo educacional, que partem de uma concepção não violenta. A partir dos estudos encontrados sobre o tema, foi possível compreender que as estratégias que se utilizam de práticas autoritárias e coercitivas são associadas a impactos negativos no desenvolvimento infantil. Por outro lado, as práticas educativas indutivas e pautadas na comunicação podem trazer maiores benefícios nesse processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Práticas Educativas; Práticas Parentais; Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

Parents play an important role in their children's lives and influence several aspects of their development, given that it occurs from the interaction of various aspects such as biological, environmental, social, among others. Taking into account that parents are the individual's first contact with society, the present work aimed to carry out a literature review that would broaden the understanding of parental educational practices and their impacts on child development. In addition to identifying the existence of risks of the use of violence in the educational process and its possible impacts on child development, as well as evaluating the importance of building and maintaining a safe and healthy social context for the child's development and proposing a reflection on the alternatives in the educational process, which start from a non-violent conception. From the studies found on the subject, it was possible to understand that strategies that use authoritarian and coercive practices are associated with negative impacts on child development. On the other hand, inductive and communication-based educational practices can bring greater benefits in this development process.

Keywords: Educational Practices; Parenting Practices; Child Development.

¹ Graduanda no curso de bacharelado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

1 INTRODUÇÃO

A educação de uma criança é fator de inquietação para pais ou responsáveis, que, em sua maioria, objetivam desvendar a maneira mais adequada para lidar com seus tutelados. O ser humano é uma espécie que necessita de cuidado e instrução por um longo período. Assim, as práticas educativas dos pais e a interação deles para com os seus filhos têm importância fundamental para o seu desenvolvimento. (WEBER, 2007)

Para alcançar uma melhor compreensão da relação entre as práticas educativas dos pais para com os filhos, surgiram teorias voltadas para os estilos parentais. Cada estilo parental de educação adotado pelas famílias para criação de seus filhos pode diferir sobremaneira de um núcleo familiar para outro. Atualmente, existe uma vasta discussão sobre qual a melhor maneira para se educar uma criança e sobre a necessidade de se utilizar métodos que estão enraizados na sociedade desde muito tempo, a exemplo do uso de violência, em suas diversas formas, da palmada, dos castigos e de métodos coercitivos. O vínculo dos conceitos de punição corporal e disciplina vem sendo passado como verdade absoluta durante muitas gerações e são apontados como um padrão a ser seguido na educação dos filhos. (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004, p. 227). Devido aos avanços dos estudos nessa área, faz-se necessário o questionamento, seria essa uma boa prática?

A depender da forma, as práticas educativas podem ser consideradas fontes de risco ou proteção no desenvolvimento infantil. Os fatores de risco seriam os que geram grande probabilidade de provocar efeitos negativos no desenvolvimento da criança impactando, assim, a sua saúde, bem estar e performance social. (JESSOR et al., (1995) apud PATIAS, SIQUEIRA e DIAS, 2012, p. 983).

“Por outro lado, os fatores de proteção são compreendidos como condições ou variáveis que diminuem os fatores de risco, isto é, modificam, melhoram ou alteram a resposta do indivíduo a ambientes hostis que predispõem as consequências mal adaptativas.” (HUTZ, 2002; RUTTER, 1985, 1987, 1996, apud PATIAS, SIQUEIRA e DIAS, 2012, p. 983)

Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo geral realizar uma revisão bibliográfica que ampliasse a compreensão acerca das práticas educativas parentais e seus impactos no desenvolvimento infantil. Para tanto, buscou-se como objetivos específicos identificar a existência de riscos do uso de violência no processo educacional e quais os seus possíveis impactos no desenvolvimento infantil, bem como avaliar a importância de se construir e manter um contexto social seguro e saudável para o desenvolvimento da criança e propor uma reflexão sobre as alternativas no processo educacional, partindo de uma concepção não violenta.

Partiu-se da hipótese de que a criação dos filhos, a partir de práticas educativas sob uma perspectiva violenta, pode gerar efeitos psicológicos negativos, que se perpetuam na vida do indivíduo, podendo gerar problemas na saúde física e mental da criança, assim como em suas relações sociais.

Diante de todo o exposto, torna-se relevante pesquisar e aprofundar esta temática, tendo em vista que o período da infância é primordial no desenvolvimento do ser humano e a maneira como o indivíduo passa por esse processo trará impactos por toda sua vida. Ademais, o papel dos pais e cuidadores também é de extrema importância já que, geralmente, são os principais responsáveis por auxiliar

nesse processo e garantir que a criança cresça e se desenvolva da melhor forma possível.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento infantil

Durante muito tempo as crianças não tinham seu período de desenvolvimento respeitado, e eram vistas como pequenos adultos, como se possuíssem a capacidade cognitiva de realizar as mesmas atividades e só estivessem em um corpo menor (ARIÉS, 2006). Niehues e Costa (2012, p. 284) apontam que “as crianças eram representadas como adultos em miniatura, sendo vestidas e expostas aos mesmos costumes dos adultos. Elas não tinham um tratamento diferenciado, nem um mundo próprio, não existia neste período, o chamado sentimento de infância.

Ao longo do tempo as discussões acerca do conceito de infância foram ampliadas. "Entre os objetivos da primeira infância, devem estar não somente a sobrevivência física, mas também o desenvolvimento social, emocional, da linguagem e cognitivo" (MUSTARD, 2009, p. 641). Sendo assim, “para promover a vida e a saúde da criança é indispensável a compreensão de suas peculiaridades, assim como o oferecimento de condições favoráveis ao seu desenvolvimento” (Ribeiro et al, 2009, p. 61-62).

O fato de que, anteriormente, as crianças não tinham o seu período de desenvolvimento respeitado é refletido também no ordenamento jurídico brasileiro que, de igual maneira, submetia as crianças às mesmas normas legais que os adultos. A lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representou um marco no que se refere à proteção dos direitos dos mais jovens que eram antes equiparados aos adultos, para todos os fins legais. O advento do Estatuto buscou modificar o entendimento anterior à medida que passou a levar em consideração a condição especial da criança e do adolescente enquanto indivíduo em fase de formação (ROSA, 2018).

O desenvolvimento humano ocorre durante toda a vida. Desde o surgimento de sua primeira célula até o momento em que se torna uma pessoa que respira, anda e fala, cada indivíduo possui suas singularidades, mas também irá passar por transformações com padrões em comum com outros seres humanos (PAPALIA, 2013).

Sobre o desenvolvimento infantil, importante pontuar, que é um processo que se inicia na vida intrauterina e envolve o crescimento físico, maturação neurológica, questões relacionadas ao comportamento, na intenção de que a criança se torne competente para solucionar suas necessidades. Os anos iniciais da vida de uma criança são de extrema importância, em decorrência de sua intensa atividade cerebral, que é resultado da interação das suas características biológicas com as experiências expostas pelo meio (TANCREDI et al, 2022, p. 1802).

O período da infância tem importância substancial no desenvolvimento humano, visto que é uma etapa determinante sobre a vida adulta do indivíduo. Esse é um processo contínuo e cumulativo e cada pequeno desvio acarreta consequências na formação do ser humano. Além disso, o desenvolvimento é holístico, e aborda todos os aspectos do indivíduo, sejam eles físicos, cognitivos ou sociais. Outros dois conceitos relacionados ao desenvolvimento são a plasticidade, que seria a capacidade de alteração diante das experiências vividas, e o contexto

histórico e cultural, que seriam as influências sofridas pela história e pela cultura (SHAFFER; KIPP, 2012).

Bandura (1989, 2004, 2008, apud BEE, 2011) aponta que a aprendizagem pode ocorrer através da observação sobre o outro praticando alguma ação, a qual ele chama de aprendizagem observacional, que possibilita a aprendizagem de uma regra a partir da dedução, observando um comportamento modelo. O autor ainda pontua que através desse tipo de aprendizagem, uma criança pode aprender sobre valores, maneiras de agir e de resolver problemas, considerando que o desenvolvimento do sujeito dependerá das experiências oferecidas pelo ambiente, bem como a apropriação que delas faz.

Fazendo uso dos princípios de Darwin, a psicologia evolucionista defende que partes da mente dos seres humanos são produtos da seleção natural e lutam na busca de perpetuar o seu legado genético, mesmo sem ter consciência disso. Entretanto, ela não reduzirá o comportamento humano aos efeitos de genes, mas como um processo dinâmico de interação entre o homem e o ambiente (PAPALIA, 2013). Tendo em vista esta relação pautada pela interação, é imprescindível destacar quais práticas educativas vêm sendo realizadas pelos pais para com suas crianças.

2.2 Práticas educativas parentais

Práticas educativas são as estratégias que os pais utilizam, visando atingir diversos objetivos, sob vários contextos, no que tange às habilidades sociais, afetivas, dentre outras. Ou seja, são as escolhas que os pais julgam mais adequadas e decidem tomar para delinear a criação de seus filhos. (CECCONELO, DE ANTONI e KOLLER, 2003, p. 46).

Em relação às práticas educativas adotadas pelos pais, Baumrind (1966, apud WEBER et al, 2004, p. 323) estabelece três possibilidades de posicionamento, que seriam o autoritativo, autoritário e permissivo. Ela afirma que os pais autoritativos são os que conduzem seus filhos de maneira mais racional e orientada, utilizando principalmente o diálogo como ferramenta de ensino, eles se colocam e exercem o controle nos pontos de divergência sem precisar invalidar a criança, reconhecendo que ela possui interesses e maneiras próprias de agir.

Já os pais autoritários buscam moldar a criança de maneira mais rígida e controlá-la a partir de regras absolutas e inflexíveis. Consideram como objetivo principal a obediência e utilizam medidas punitivas para educar. Os pais permissivos, por outro lado, não agem de maneira a direcionar o comportamento dos filhos, tampouco tentam ser modelos, agindo apenas em busca de realizar as suas vontades (BAUMRIND, 1966 apud WEBER et al, 2004, p. 324).

Outro modelo surgiu reformulando aquilo que havia sido discutido por Baumrind, ele foi projetado por Maccoby e Martin (1983, apud CECCONELO, DE ANTONI e KOLLER, 2003, p. 47-48), que apresentaram o que seriam duas dimensões ortogonais, exigência e responsividade, que combinadas formam quatro estilos, o autoritativo, e autoritário, o indulgente e o negligente. A maior diferença do modelo de Baumrind para o de Maccoby e Martin é a divisão do estilo permissivo, em indulgente e negligente. O estilo indulgente seria aquele em que os pais são muito tolerantes, não estabelecendo regras, mas que são muito afetivos. Já os pais negligentes são aqueles que não buscam ter nenhum tipo de envolvimento com a criança e não se preocupam em monitorá-la. (Glasgow, Dornbusch, Troyler, Steinberg & Ritter, 1997 apud CECCONELO, DE ANTONI e KOLLER, 2003, p. 48).

Ainda sobre as práticas educativas parentais, Hoffman (1975, apud PATIAS, SIQUEIRA e DIAS, 2012, p. 984) apresenta duas formas de disciplina para alterar o comportamento dos filhos. A primeira é a indutiva, na qual os pais utilizam a comunicação e induzem os filhos a obedecerem, direcionando-os, para que enxerguem as possíveis consequências da maneira como estão se comportando. Ela se preocupa em fazer uso da explicação.

A segunda forma apontada para moldar o comportamento dos filhos é a disciplina coercitiva, em que os pais fazem uso de ameaças, força e punição física, privação de privilégios, entre outros. Ela busca reforçar o poder de controle dos pais a partir de uma ótica bastante repressiva (HOFFMAN, 1975 apud PATIAS, SIQUEIRA e DIAS, 2012, p. 984).

Baseado nessa premissa das práticas educativas é possível observar que alguns estudos abordaram os seus efeitos das práticas educativas no desenvolvimento infantil, como veremos a seguir.

2.3 Os efeitos das práticas educativas parentais no desenvolvimento infantil

Os pais representam a primeira fonte de influência no desenvolvimento de seus filhos e por isso possuem grande responsabilidade sobre o seu crescimento pessoal e sua aprendizagem. É de acordo com a maneira de conduzir as situações na relação com os filhos e em sua aquisição de novas habilidades, desenvolvidas a partir dessa interação, que os pais vão direcionando os filhos para lidarem com o meio que os cerca (LUBI, 2003).

Existem alguns fatores que são capazes de afetar o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, entre eles estão a violência doméstica e todos os tipos de coerção, como a punição corporal e xingamentos, a pouca interação familiar e a negligência. Além disso, ainda podem acarretar problemas psicológicos e de comportamento, como por exemplo, a agressividade (REPPOLD, PACHECO E HUTZ, 2005, apud PATIAS, SIQUEIRA E DIAS, 2012, p. 985).

A falta extrema de afeto e a rejeição impactam o desenvolvimento de maneira negativa. Sem uma boa relação, afeto, reciprocidade e equilíbrio, a criança pode ter seu processo de maturação prejudicado e suas relações futuras com outras pessoas podem ser comprometidas (BRONFENBRENNER, 1979/1996 apud CECONELO, DE ANTONI e KOLLER, 2003, p. 48).

Parte majoritária dos autores que tratam sobre as práticas educativas abordam diversos impactos negativos como consequência à conduta violenta dos pais em relação a seus filhos. Durante a história da humanidade, na maior parte do tempo, a criança é considerada um ser menor e que foi alvo de violência, seja ela psicológica, física, sexual, etc. Sendo assim, a violência pode ser vista como a negação de valores considerados universais, como a liberdade, a igualdade e a vida (LONGO, 2005, p. 103).

Ainda sobre as questões de violência durante o período da infância, de acordo com Mello (et al, 2009, p. 42):

“Os maus-tratos na infância estão associados a um espectro diverso de consequências psiquiátricas. Em crianças e adolescentes, aumentam o risco de problemas comportamentais, incluindo comportamento internalizado (ansiedade, depressão) e externalizado (agressão, *acting out*).”

Pesquisas têm mostrado, frequentemente, que o uso de palmadas como forma de disciplinar as crianças não é eficaz e não traz benefícios. Mas produz prejuízos em diversos âmbitos da vida da criança, podendo acarretar diversos problemas comportamentais em longo prazo, como agressividade, tristeza, ansiedade, abuso de álcool, entre outros (DURRANT E ENSOM, 2012; SENA, 2013, apud SENA E MORTENSEN, 2014).

Os pais devem buscar conhecer práticas educativas eficazes para construir formas de comportamento adequadas, auxiliar no desenvolvimento das habilidades sociais dos filhos e manter uma dinâmica de afeto e comprometimento. Quando for preciso é possível combater comportamentos inadequados e falta de limites. Mas fazendo o uso ordenado da disciplina positiva, estabelecendo regras consistentes e lógicas, supervisionando constantemente, incentivando a autonomia e autoestima da criança, o comportamento inadequado não virá a ocorrer de maneira significativa e se surgirem, poderão ser solucionados de maneira mais digna e menos dolorosa (WEBER, VIEZZER E BRANDENBURG, 2004, p. 229).

As crianças tendem a reproduzir os comportamentos aos quais são submetidas, desta forma as práticas educativas adotadas pelos seus pais vão influenciar diretamente na forma como irão agir, como descreve González (2005):

“As crianças criadas com carinho e respeito são carinhosas e respeitadoras. Não durante todo o tempo, claro, mas durante a maior parte do tempo. Essa é a tendência natural, pois, no ser humano, a cooperação com outros membros do grupo é tão natural como andar e falar. Para conseguir que as crianças se tornem agressivas, temos de empurrá-las de alguma maneira para afastá-las do caminho habitual. As crianças educadas com gritos gritam. As crianças educadas com palmadas também batem aos outros.”

Cabral (2009, p. 366), afirma que para estruturar as relações familiares três aspectos podem ser elencados, são eles: criar sólidos laços afetivos, cooperação recíproca e minimização de conflitos para promover o equilíbrio no meio familiar. Não buscando uma felicidade utópica, mas apenas que seja possível superar os atritos, a partir do respeito e criando laços afetivos para superar os conflitos. Ela destaca que esses laços afetivos permitirão que as pessoas se amem, respeitem e desejem a felicidade do outro e que o afeto é a fonte que impulsiona o respeito e o cuidado nas relações. As práticas educativas que se utilizam de violência podem gerar prejuízos não somente no comportamento da criança, mas também poderá afetar a relação entre pais e filhos.

Tendo em vista aquilo que foi relatado até aqui, demonstra-se relevante apresentar estudos sobre os caminhos apontados na literatura como práticas educativas que não fazem uso da violência e se utilizam de um viés mais pautado no diálogo.

2.3.1 Um olhar sob uma perspectiva não violenta

Dentre as possíveis alternativas de educação e ensino para com os filhos, surge também a disciplina positiva, que é um método de educação que adota firmeza, afeto e conexão, e que não faz uso de violência (FERIANCE, 2020, P.30). A palavra “disciplina” tem origem do latim e significa “ensinar, formar” e não é sinônimo de punição. O intuito de disciplinar os filhos é que tenham autonomia. Educar uma criança requer grande investimento de tempo, autocontrole e paciência (WEBER, 2012).

A disciplina positiva não está relacionada a um controle muito rígido, muito menos à permissividade. Mas se baseia em respeito recíproco e na gentileza e firmeza como elementos essenciais para a educação, a partir de um controle interno. Agir com gentileza é ter respeito pela criança e validar seus sentimentos. E a firmeza surge como forma de ensino que não necessitaria de punição, mas de diálogo e comunicação, direcionando o melhor caminho, e incluindo a criança nas decisões (NELSEN, 2016).

Sena e Mortensen (2014) defendem que o ato de educar significa transmitir valores, estimular um comportamento ético e empático, que permanecerão por toda sua vida e conhecer as fases do desenvolvimento infantil, para que assim os pais compreendam e possam lidar melhor com ele. Eles afirmam ainda que a ação de educar representa, sobretudo dar bons exemplos.

Ao contrário dos outros modelos nos quais punição e recompensa são fundamento essencial para lidar com a criança, a disciplina positiva pretende gerar sentimentos de importância e pertencimento. Ela utiliza-se do diálogo e acolhimento para que a criança entenda o que é melhor para ela e não simplesmente seja obediente, pois entende que ela está em um processo de desenvolvimento e aprendizagem (VRIES, 2019, apud FERIANCE, 2020).

Para construir uma educação que se apoie na disciplina positiva e no respeito é preciso compreender que as crianças estão abertas ao diálogo e observam os adultos o tempo inteiro, o que demonstra o quanto o exemplo é uma ferramenta importante para educação das crianças. Compreendendo o desenvolvimento infantil mais profundamente é possível identificar que existem certas exigências do adulto que a criança não pode atender, pois é incompatível com seu estágio de desenvolvimento, identificar também qual a melhor forma de se posicionar diante dos comportamentos da criança, e reagir de maneira mais empática (SENA E MORTENSEN, 2014).

3 METODOLOGIA

O ato de pesquisar consiste em analisar e sintetizar. Fragmentos de informações são coletados e organizados, lançando-se sobre elas, um olhar científico. A partir daí, o conjunto de informações passa a ter um significado específico, gerando-se um resultado aplicado ao objeto pesquisado (STAKE, 2011).

Pode-se classificar a presente pesquisa como revisão bibliográfica, não devendo ser entendida, por conseguinte, como uma mera reprodução de informações pré-existentes. Pois, embora a pesquisa se baseie em estudos anteriores, as particularidades da pesquisa propiciam o desenvolvimento de conclusões diversas (LAKATOS e MARCONI, 2017).

A pesquisa valeu-se de uma abordagem qualitativa, que, segundo Godoy (2010), confere razoável grau de liberdade acadêmica ao pesquisador, do qual é exigido considerável comprometimento metodológico.

Após a realização da busca, foram selecionadas as publicações a partir dos seguintes critérios de inclusão: artigos científicos abordando a temática proposta, textos disponíveis eletronicamente, escritos, principalmente, em língua portuguesa. Foram excluídas as monografias, teses, dissertações, publicações que abordavam a respeito de práticas educativas formais institucionais, voltadas para o ambiente escolar.

Para a coleta de informações, foram utilizados como fontes, livros acadêmicos referentes aos temas abordados, dissertações de mestrado, teses de doutorado,

bem como artigos científicos, através de buscas nas bases de dados Scielo, Periódicos eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Google acadêmico e o Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a pesquisa nas bases referidas, foram utilizados os termos: “desenvolvimento infantil”, “práticas educativas”, “educação não violenta” e “violência”. Buscou-se utilizar diferentes combinações dessas palavras, com o objetivo de realizar um levantamento abrangente que incluísse o maior número de estudos da área.

Assim, partindo-se de uma visão generalista, o trabalho buscou nas referências a identificação de padrões no fenômeno social investigado, qual seja os impactos psicológicos no desenvolvimento infantil, considerando as práticas educativas parentais, sob uma perspectiva não violenta, desenvolvendo-se, a partir daí, a ampla compreensão sobre o tema.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, várias conclusões puderam ser inferidas relativamente à temática proposta neste trabalho. Com base nos estudos encontrados, se tornou possível o cumprimento dos objetivos, expandindo-se assim, o conhecimento sobre as práticas educativas parentais e seus impactos no desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, dentre os autores apontados destacam-se Papalia (2013) e Tancredi et al (2022) que sugerem que a vida começa a se desenvolver desde o momento da concepção do ser humano e envolve as diversas formas de crescimento e maturação do indivíduo. Tancredi também irá discutir sobre a importância do período da infância para o crescimento do homem como um todo e apontará como seu desenvolvimento é resultado da influência biológica em interação com as experiências do meio em que vive.

Percebe-se que o posicionamento de diversos autores irá de encontro com o de Tancredi et al, como Shaffer e Kipp (2012), Wallon (1879-1962, apud Craidy e Kaercher, 2001) e Bandura (1989, 2004, 2008, apud BEE, 2003), que discorrem como o processo de desenvolvimento da criança ocorre, em decorrência de suas características biológicas e genéticas e sua inter-relação com o ambiente em que vivem.

Visando evidenciar os principais estudos que explorassem a respeito dos impactos das práticas educativas parentais sob alguns aspectos do desenvolvimento infantil, bem como a sua correlação, o Quadro 1, abaixo, apresenta uma síntese dos trabalhos realizados, relacionando-os com os métodos utilizados e os resultados encontrados.

Quadro 1 – Síntese dos principais resultados encontrados.

TÍTULO	ANO	MÉTODO	RESULTADOS
1. Associações entre práticas de disciplina infantil e comportamento de <i>bullying</i> em adolescentes	2014	Pesquisa Empírica	Verificou-se uma associação entre as práticas educativas punitivas e o comportamento de <i>bullying</i> .
2. Relações entre práticas educativas parentais e rendimento	2014	Pesquisa Empírica	Percebeu-se a importância das práticas educativas parentais no

acadêmico em crianças			desempenho acadêmico das crianças.
3. A Relação entre as Práticas Educativas Parentais e a Autoestima da Criança	2019	Pesquisa Empírica	Observou-se que as práticas educativas parentais negativas se correlacionaram de forma negativa com a autoestima das crianças.
4. A comunicação e as Práticas Educativas Parentais na interação com os filhos	2020	Pesquisa empírica	Notou-se a importância da comunicação entre pais e filhos e da participação deles na vida da criança

Fonte: elaboração própria (2022).

No primeiro estudo participaram da pesquisa 247 crianças com idades entre 10 e 15 anos, de seis escolas públicas da cidade de Porto Alegre. Para verificar a frequência do comportamento de *bullying* utilizou-se uma versão modificada de um questionário chamado Olweus Bully Victim Questionnaire e para avaliar a frequência das práticas parentais de disciplina se fez uso do Inventário de Dimensões de Disciplina. Para a realização da análise se fez uso do teste Qui-quadrado de Pearson e do teste t de Student, já as hipóteses foram testadas a partir da regressão logística binária.

Da amostra total de alunos 98 (39,7%) foram considerados como agressores, ou seja, que praticavam o *bullying*, desses 52 (53,06%) admitiram ter realizado esse ato ao menos uma vez por dia. Foi possível identificar como resultado que quanto maior a frequência do uso de práticas parentais de disciplina autoritária e punitiva, seja pelo pai ou pela mãe, maiores as chances de a criança ser um agressor. Todas as práticas de castigo, principalmente maternas, seja corporal leve, palmadas, castigo corporal severo foram associadas ao comportamento de *bullying*. Entretanto a disciplina indutiva por ambos os pais, não foi associada significativamente ao comportamento de *bullying*.

Os resultados encontrados nesse estudo vão de encontro àquilo que afirmaram Szelbrackowski e Dessen (2007) quando abordaram a maneira como as práticas educativas parentais podem ter impactos significativos sob os comportamentos na infância. Eles destacaram que as crianças com problemas de comportamento tem pais que utilizam, em sua maioria, como práticas educativas, a coerção, disciplina inconsistente, hostilidade, indiferença, negatividade, restrição emocional, pouca afetividade, punição e abuso parental.

Já no artigo 2 realizou-se também uma pesquisa de campo, onde participaram 203 alunos, tanto meninas quanto meninos, com idades entre 8 e 11 anos, com turmas da 2ª, 3ª e 4ª série do ensino fundamental de duas escolas públicas de um município do Paraná. Como instrumentos, foram utilizadas as notas escolares, que foram utilizadas como a medida de rendimento acadêmico e também o Inventário de Estilos Parentais, visando avaliar a prevalência de práticas positivas ou negativas. Para analisar os dados utilizou-se o teste de correlação de Pearson, realização do teste T de Student e análise multivariada através de modelos de regressão múltipla (stepwise).

A partir do método dessa pesquisa pode-se destacar como resultados desse estudo que as práticas positivas como a de monitoria positiva e comportamento moral apresentaram relações positivas e moderadas com a média escolar, ou seja, que as crianças com médias mais altas percebem seus pais com um nível alto de acompanhamento, afeto e valores morais. Em contrapartida, aquelas que possuíam média de rendimento mais baixo se correlacionavam com as práticas de punição inconsistente, disciplina relaxada, negligência e abuso físico. O estudo demonstrou uma maior relevância entre as práticas maternas e o rendimento acadêmico, do que com as práticas paternas.

O mesmo afirma Sapienza, Aznar-Farias e Silvares (2009), quando retratam em sua pesquisa que pais de crianças com baixo rendimento acadêmico apresentam mais práticas educativas negativas, como uso de disciplina relaxada e abusos físicos. Por outro lado, pais que utilizam mais práticas como a monitoria positiva têm filhos com alto rendimento escolar.

No 3º estudo foi realizada uma pesquisa de campo com 60 crianças, sendo 26 meninas e 34 meninos, com as idades entre 9 e 11 anos, selecionadas por conveniência em três escolas municipais no interior do Paraná. Os instrumentos utilizados foram a Escala de Autoestima de Rosenberg e o Inventário de Estilos Parentais versão materna e paterna. A análise dos dados foi feita a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial, utilizando o teste U de Mann-Whitney, teste de correlação de Spearman e o método de regressão múltipla (stepwise). O Inventário de Estilos Parentais é composto por sete escalas que irão avaliar práticas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e negativas (disciplina relaxada, monitoria negativa, negligência, punição inconsciente e abuso físico).

Sobre o estudo em questão se faz relevante destacar que foram encontradas duas correlações estatisticamente significativas e inversamente proporcionais, sendo as duas negativas. A primeira se deu entre a prática parental de negligência paterna e a autoestima dos meninos, o que significa que quanto mais presente a negligência mais baixo o escore de autoestima dos meninos. A segunda correlação ocorreu entre a prática parental de disciplina relaxada materna e a autoestima das meninas, o que quer dizer que quanto mais presente a disciplina relaxada mais baixo o relato de autoestima nas meninas.

No estudo 4 foi realizada uma pesquisa quantitativa com 157 pais que possuíam filhos entre 7 e 11 anos de idade na cidade de Manaus. Como instrumento utilizou-se a Escala de Qualidade na Interação Familiar (EQIF) - Versão para pais, que é dividida em 9 escalas, sendo 7 classificadas como positivas (envolvimento, regras e monitoria, comunicação positiva dos filhos, modelo parental, sentimento dos filhos e clima conjugal positivo) e 3 como negativas (punição corporal, comunicação negativa e clima conjugal negativo). Também foi feito o uso de um questionário sociodemográfico para caracterizar a realidade de cada família.

Entre os resultados obtidos por essa pesquisa, ressalta-se como a representatividade, na dimensão comunicação positiva apresentou-se próxima da dimensão envolvimento parental, inferindo-se uma ligação entre um ambiente de suporte proporcionado pelos pais e o uso de uma comunicação mais assertiva, menos autoritária. Também demonstrou-se que a média das mães em relação a comunicação e atividades de envolvimento com os filhos, é bem maior do que a dos pais.

Baseado na literatura pesquisada, podemos concluir que o processo educativo parental, tanto pode conduzir o indivíduo a reproduzir condutas mais adequadas, quanto condutas mais prejudiciais, dependendo diretamente do meio no

qual foi inserido. Baseado na teoria da aprendizagem observacional, proposta por Bandura (1989, 2004, 2008, apud BEE, 2011), ficou claro que a criança toma para si, como regra de conduta, aquilo que identifica no comportamento modelo, ou seja, na mesma proporção em que é submetida a um ambiente violento, naturalmente, tenderá a reproduzir a violência em suas ações para com a sociedade.

Reforçando essa teoria, encontra-se a psicologia evolucionista. Que mesmo se apoiando, principalmente, sob o aspecto da herança genética no processo de construção e desenvolvimento psicossocial do indivíduo, não se apresenta como único determinante na sua formação. Mas leva também em consideração que o ser humano carrega em si o resultado de sua interação com o meio. Assim, identificamos que é axiomática a influência da atuação parental na educação e, conseqüentemente, no desenvolvimento humano, em consonância com as práticas educativas utilizadas. Em outras palavras, se submetida a um ambiente violento, com punições corporais e xingamentos, além da possibilidade de se tornar uma pessoa agressiva, a criança terá uma tendência muito maior a desenvolver problemas psicológicos e comportamentais.

Essa influência representa muito mais do que apontar o certo e o errado e ajudar a fazer escolhas. Baseado no estudo de Lubi (2003) podemos inferir que é na forma como os pais lidam com seus próprios problemas, bem como na sua relação direta com seus filhos, ou seja, nas demonstrações práticas comportamentais, que o processo educacional se consuma.

Visando ampliar a compreensão sobre as práticas educativas, muitos estudos buscaram estabelecer possibilidades sobre a maneira como os pais se posicionam. Nesse sentido Baumrind (1966) elenca três perfis a partir do comportamento dos pais, que são o autoritativo, autoritário e permissivo. Posteriormente surgiram as pesquisas de Maccoby e Martin (1983) utilizando como fonte a pesquisa de Baumrind e ampliando sua discussão, estabelecendo mais dois tipos de educação que derivam da divisão do modelo permissivo, que são o estilo negligente e o indulgente.

Ainda segundo Baumrind os pais autoritários são mais rígidos e controladores se utilizando de medidas mais punitivas, os autoritativos buscam direcionar e orientar os filhos principalmente a partir do diálogo e os permissivos não tomariam medidas visando direcionar os filhos, apenas agem de acordo com as suas vontades.

Já Hoffman (1975, apud PATIAS, SIQUEIRA e DIAS, 2012) traz os conceitos de disciplina indutiva e coercitiva. A disciplina indutiva se utiliza de uma comunicação não violenta, mais pautada no diálogo e a coercitiva é mais repressiva, se utilizando de práticas mais violentas.

Tanto no modelo de Baumrind como no de Hoffman, é possível observar que existem os conceitos de métodos que utilizam a punição, que são mais opressivos, e fazem uso da ameaça, do castigo, da palmada, entre outros, que são o posicionamento autoritário e o coercitivo. E em contrapartida, métodos mais pautados na comunicação, no diálogo, na busca pelo direcionamento da criança sem o uso de medidas violentas, como o posicionamento autoritativo e o indutivo. Os dois autores estabelecem conceitos que são bastante semelhantes em relação aos posicionamentos dos pais em relação à criação de seus filhos.

A maior parte da literatura pesquisada, apresentada no presente trabalho destaca as conseqüências negativas do uso da violência no processo educacional durante a infância. Para além da mera reprodução da conduta violenta, muitos autores relatam, a partir dos resultados de seus estudos, a ocorrência de diversos

problemas comportamentais, inclusive internalizados, como ansiedade, depressão, abuso de álcool, dentre outros.

Também foi possível relacionar as consequências negativas do uso de violência nas práticas educativas parentais, com a evolução do ordenamento jurídico brasileiro, que sofreu adaptações no sentido de ampliar o nível de proteção aos mais vulneráveis, buscando uma adaptação da legislação em vigor à realidade social de crianças e adolescentes.

Um indicador relevante nesse sentido é o surgimento da lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é considerado por muitos estudiosos como uma das mais avançadas legislações do mundo, no que concerne aos direitos da infância e da juventude, conforme apontado por Bezerra (2006).

O Estatuto citado surgiu para regulamentar o artigo 227 da Constituição Federal e garantiu aos menores, o acesso aos direitos fundamentais e ao pleno exercício da cidadania. Notadamente, com o advento da lei nº 13.010/14 (lei da palmada), o ECA passou também a determinar que toda criança e adolescente deve ter acesso a uma educação livre de qualquer tipo de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante, mesmo que praticadas com o objetivo de corrigir ou educar (BRASIL, 2014).

Dessa forma, no que se refere ao processo de educação não violenta, consideramos que o ECA se insere como ferramenta indispensável na defesa dos direitos contra as mais variadas formas de violência, negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente.

Por fim, como alternativa aos modelos violentos de educação, a literatura pesquisada aponta a disciplina positiva como adequada nesse sentido. Livre de ameaças, punições e castigos físicos e psicológicos, essa teoria abordada por Feriance (2020), Nelsen (2016) e Vries (2019) é baseada no diálogo e acolhimento.

A disciplina positiva traz uma reflexão acerca do que seria o mau comportamento, ressaltando que muitas vezes ele nada mais é do que falta de conhecimento da criança, que não possui desenvolvimento cerebral suficiente para compreender aquilo que se espera dela. A falta de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, pode fazer com que comportamentos que na verdade são adequados a idade, sejam vistos como mau comportamento (NELSEN, 2016).

Ela irá se basear principalmente no respeito mútuo e na cooperação. E irá sugerir que as crianças serão mais propensas a seguir as regras que elas mesmas ajudaram a estabelecer. É necessário fazer com que a criança compreenda que está inserida num contexto de aprendizagem, no qual os seus sentimentos são reconhecidos e validados. Validar o sentimento da criança não é sinônimo de ser permissivo, mas de demonstrar respeito pelo o que ela está sentindo. Sem impedir que ela demonstre os sentimentos, mas que consiga dialogar sobre eles. A partir daí, a criança é convidada a uma reflexão sobre as suas escolhas e incluída no processo de tomada de decisão.

A prática da disciplina positiva também poderá evitar os impactos negativos a longo prazo no desenvolvimento infantil, que decorrem, principalmente, do uso das práticas punitivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de uma criança é algo que exige muita paciência, equilíbrio, energia, tempo e disposição. Ter um filho é ter conhecimento que ali existe um ser

humano que ainda está em processo de desenvolvimento e que precisa de auxílio em seu aprendizado. E nesse processo existem métodos que não se utilizam de violência ou coerção. Mas, para isso muitas vezes é necessário que os pais estejam dispostos a se reinventar, aprender mais sobre os estágios da infância e que dediquem tempo à educação de seus filhos, o que não é a realidade de muitas famílias.

Neste sentido, considera-se que o objetivo deste trabalho foi cumprido, haja vista a realização de uma revisão bibliográfica que possibilitou a ampliação da visão acerca de como esse processo educativo realizado pelos pais tem impactos no desenvolvimento infantil e da importância de que ele ocorra sem o uso de violência e métodos punitivos.

À medida que o pensamento relativo ao desenvolvimento infantil evoluiu, as normas relativas à criança e ao adolescente seguiram no mesmo caminho. A promoção das formas de educação não violenta, foi fortalecida com a publicação do ECA, que é bastante claro e incisivo na proteção contra as mais variadas formas de violência contra a criança e o adolescente, ao mesmo tempo em que, fomenta as formas não violentas e universais de educação.

Ao agir com violência, seja ela física, psicológica, moral ou sexual, os direitos da criança estarão sendo violados. Sendo assim, embora a violência seja praticada sob a justificativa de que contribuirá para a educação e aprendizagem da criança ou adolescente, esta prática, além de imoral, passou a ser ilegal, passível de punições severas.

O sujeito que se desenvolve em um contexto que utiliza-se de práticas com algum tipo de violência pode vir a se adaptar, apesar das circunstâncias não serem favoráveis e o contexto não ser propício, mas será bem mais complexo e o processo bem mais cercado de sofrimento.

Neste trabalho buscou-se discutir quais os impactos das práticas educativas dos pais no desenvolvimento infantil, utilizando-se uma perspectiva não violenta. Foram elencados diversos pontos a respeito da parentalidade e as possíveis formas de educar os filhos, mas não se abriu a discussão sobre as outras formas de desenvolvimento infantil que não possuem os pais como principais cuidadores, nem de crianças que estão em situação de acolhimento institucional, como também não se abordou a respeito das práticas educativas de crianças atípicas, podendo estes serem tópicos para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. de. **A comunicação e as práticas educativas parentais na interação com os filhos**. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.

BEE, H. **A criança em desenvolvimento**. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2011.

BEZERRA, S. M. **Estatuto da Criança e do Adolescente: marco da proteção integral**. In: LIMA, C. A. et al. *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 mar. 2022.

_____. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 18 mar. 2022.

_____, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 08 mar. 2022.

_____, Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. **Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996..** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm>. Acesso em 08 mar. 2022.

CABRAL, H. L. T. B. Afetividade como fundamento na parentalidade responsável. In: **Ciência Jurídica**, v. 24, n. 153, p. 357-382, maio/junho 2010.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERIANCE, I. S. S. Disciplina positiva no processo de ensino aprendizagem. **Revista FCV empresarial**, v.12, n. 1, p. 30-33, 2020.

GRAZIELA A.H.; ZOTTIS, G. A.; SALUM, L. R.; ISOLAN, G. G.; MANFRO, E. H. Associations between child disciplinary practices and bullying behavior in adolescents **Jornal de Pediatria** (Versão em Português), Volume 90, Issue 4, July–August 2014, Pages 408-414.

_____, L. N. D.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 2, p. 227-237, 2004.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. In: SILVA, A. B.; KLEINÜBING, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (Org.). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LONGO, Cristiano da Silveira. Ética disciplinar e punições corporais na infância. **Psicol. USP**, São Paulo, v.16, n.4, p. 99-119, 2005.

LUBI, A. P. L. (2003). **Estilo parental e comportamento socialmente habilidoso da criança com pares**. In M. Z. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, & V. M. Silva, et al. (Org.). Sobre comportamento e cognição Vol. 11: A história, os avanços, a seleção por consequências em ação. (pp. 536-541). Santo André: Esetec.

MELLO, M. F. et al. Maus-tratos na infância e psicopatologia no adulto: caminhos para a disfunção do eixo hipotálamo-pituitária-adrenal. **Brazilian Journal of Psychiatry** [online]. 2009, v. 31, suppl 2 [Acessado 3 Março 2022], pp. S41-S48. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462009000600002>>. Epub 24 Nov 2009. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462009000600002>.

MUSTARD, J. F. Early human development: equity from the start - Latin America. **Rev Latinoam Ciênc Soc Niñez Juv**. 2009; 7(2):639-80.

NELSEN, Jane. **Disciplina Positiva: O Guia Clássico para Pais e Professores**. Edição nº 03, São Paulo: Editora Barueri, 2016.

NIEHUES, M. R.; COSTA, M. de O. Concepções de infância ao longo da história. **Revista Técnico Científica do IFSC**, 3(1): 284, 2012.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PATIAS, N. D.; SIQUEIRA, A. C.; DIAS, A. C. **Bater não educa ninguém! Práticas educativas parentais coercitivas e suas repercussões no contexto escolar**. N, São Paulo, v. 38, n. 04, p. 981-996, out./dez, 2012.

PIAGET, J. A explicação em psicologia e o paralelismo psicofisiológico. In: FRAISSE, P; PIAGET, J. **Tratado de psicologia experimental**. Rio de Janeiro: Forense, 1969, volume 1.

RIBEIRO, M. O.; SIGAUD, C. H. S.; REZENDE, M. A.; VERÍSSIMO M. **Desenvolvimento infantil: a criança nas diferentes etapas de sua vida**. In: Fujimori E, Ohara CVS, organizadoras. *Enfermagem e a saúde da criança na Atenção Básica*. Barueri: Manole; 2009. p. 61-90.

ROSA, E. M. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8.069/1990**. 2. ed. São Paulo: Rideel, 2018.

SAPIENZA, G.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M.. Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. 2009, v. 22, n. 2 [Acessado 11 Março 2022] , p. 208-213. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000200006>>. Epub 24 Set 2009. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000200006>.

SENA, Ligia Moreiras; MORTENSEN, Andréia C. K. **Educar sem violência: criando filhos sem palmadas**. Campinas/São Paulo: Papyrus 7 Mares, 2014.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SCHAVAREM, L. N.; TONI, C. G. de S.. A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 23, n. 2, p. 147-161, dez. 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 mar. 2022.

STAKE, R. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

SZELBRACIKOWSKI, A. C.; DESSEN, M. A. Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. **Psicologia em Estudo** [online]. 2007, v. 12, n. 1 [Acessado 25 Fevereiro 2022] , p. 33-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000100005>>. Epub 30 Jul 2007. ISSN 1807-0329. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000100005>.

TANCREDI, C. C. da R. .; SILVA, J. P. da .; SILVA, K. C. da .; SCHNORR, M. M. .; SANTOS, M. N. dos .; SANTOS, R. de A. .; LIMA, R. K. da C. . O DESENVOLVIMENTO INFANTIL. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1801–1813, 2022. TONI C. G.; HECAVEÍ V. A. Relação entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. **Revista Psico-USF**, vol.19, n.3, pp.511-521, 2014. ISSN 2175-3563. Doi: 10.1590/1413- 82712014019003013.

TONI, C. G. de S. e HECAVEÍ, V. A. **Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças**. Psico-USF [online]. 2014, v. 19, n. 3 [Acessado 1 Abril 2022] , pp. 511-521. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003013>>. Epub 20 Jan 2015. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/1413-82712014019003013>.

WEBER, L. N. D. **Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites**. 4. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2012.

_____, L. N. D., PRADO, P. M., VIEZZER, A. P., & BRANDENBURG, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: O ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 17 (3), 323-331.

ZOTTIS GA, SALUM GA, ISOLAN LR, MANFRO GG, HELDT E. **Associations between child disciplinary practices and bullying behavior in adolescents**. J Pediatr (Rio J). 2014;90:408---14.

Agradecimentos

A Valbênia, minha mãe, por todo cuidado e esforço de sempre, para que eu alcance os meus objetivos.

A Enilton, meu pai, por sempre trabalhar arduamente para que não me faltasse nada e por todo amor que pôde me proporcionar.

A Débora, minha irmã, por ser exemplo de força e determinação, me incentivando sempre a ir mais longe.

A Bruno, meu irmão, por todo incentivo e por sempre estar disposto a me auxiliar das mais diversas maneiras, me ajudando a alçar altos voos.

A meus sobrinhos, Carlyne, Dante, Giovanna e Lavínia, por serem a força que me impulsiona a viver todos os dias.

A Helcio, meu namorado e companheiro, por toda parceria e por não medir esforços para me ajudar em todos os momentos.

A Raísa, minha orientadora, pelo carinho, incentivo e dedicação.

A minhas amigas, Louren, Renatha e Samara, pela amizade de sempre, e por se fazerem presentes e me apoiarem em tudo.

A minha família, por cada contribuição para que eu me tornasse quem sou hoje.

Aos meus amigos, Ana Beatriz, Bárbara, Larissa, Maria Aparecida e Mateus, por estarem comigo durante toda a jornada do curso, sendo sinônimo de parceria e encorajamento.

A todos os meus professores, que cruzaram minha caminhada e foram imprescindíveis para minha formação.